

Lei de Bases da Saúde

Proposta de Lei n.º 171/XIII

Carta Aberta

Lisboa, 10 de Abril de 2019

Exmos. Srs. Deputados à Assembleia da República Portuguesa,
Palácio de S. Bento
Praça da Constituição de 1976
1249-068 Lisboa

Exposição de motivos

Estando atualmente a “Lei de Bases da Saúde” para discussão em sede do Grupo de Trabalho especialmente constituído para apreciação na generalidade dos Projetos de Lei n.ºs 914, 1029, 1065, 1066 e da PPL 171, no âmbito da Comissão de Saúde da Assembleia da República Portuguesa;

Considerando-se de especial relevância o atual momento de discussão sobre a futura “Lei de Bases da Saúde” como salvaguarda clara da matriz universal, geral e solidária do direito à proteção da saúde de todos os nossos concidadãos;

Tendo sido ouvidas naquele âmbito a maioria das instituições representativas de profissionais, de utentes, da indústria, assim como dos setores social e da economia da saúde;

Atendendo à consistência do conjunto de preocupações manifestado pelas instituições atrás referidas;

Manifestação pública

Os abaixo signatários manifestam desta forma o apelo a que os Exmos. Srs. Deputados à Assembleia da República Portuguesa atentem a que:

1. Considerar como *supletiva e temporária* a gestão, devidamente regulada, dos estabelecimentos prestadores de cuidados de saúde por parte de entidades da economia social, solidária ou privada não dignifica o caminho percorrido pelo setor da saúde em Portugal; Menospreza, limita e minoriza o empenho de todos os que de forma abnegada trabalham para servir as pessoas doentes, vulneráveis e em sofrimento; Diverge de princípios fundamentais que caracterizam o setor da

saúde em Portugal, como a universalidade, a igualdade, a solidariedade, a equidade social, diferenciação positiva e coesão territorial; Coloca ainda em causa os inúmeros acordos de cooperação entre o Estado e as instituições parceiras, fragilizando a estabilidade da relação entre ambos.

2. Excluir uma base própria para os *Cuidadores Informais* traduz-se num desperdício de oportunidade em criar as condições legais para promover o papel da família e da comunidade, da sua proteção e capacitação para as próximas décadas; Afasta Portugal das tendências políticas de saúde e sociais europeias, num país com a mais alta taxa de cuidados domiciliários informais da Europa. Ignora o célere envelhecimento demográfico e um contexto onde as *cuidadoras informais* sofrem das maiores desigualdades de género dentro do espaço europeu, constatável entre outros pelo baixo número de anos saudáveis a partir dos 65 anos de idade.
3. Omitir aspetos essenciais às intervenções no âmbito da *Saúde Pública*, como as referências à promoção e proteção da saúde, assim como à prevenção da doença impede que as futuras políticas de saúde se baseiem numa lógica de promoção e proteção da saúde, assim como de prevenção da doença, mediante a atribuição dos respetivos recursos e responsabilidades. Particularmente, estranha-se a omissão relativa à autonomia de funções entre a autoridade de saúde das de natureza operativa, essencial de forma a preservar a independência da primeira, reproduzida pelos elementos médicos com qualificação para o efeito.
4. Os abaixo signatários apelam ainda a uma mudança nos modelos de financiamento que incentivem os verdadeiros resultados em saúde, quer a título individual, quer a nível comunitário, assim como a um reforço de iniciativas que promovam a humanização dos serviços e cuidados prestados pelo SNS.

Atenciosamente, os abaixo signatários*

Para mais informações, contactar por favor os **proponentes**:

Duarte Soares: 917118747 Ricardo Mexia: 964860694 Francisco Pavão: 914675425

Signatários:

**a presente lista foi elaborada de forma aleatória.*

Rui Nunes, Médico, atual Presidente da Associação Portuguesa de Bioética

Miguel Guimarães, Médico, atual Bastonário da Ordem dos Médicos

António Tavares, Professor, atual Provedor da Santa Casa da Misericórdia do Porto

Duarte Soares, Médico, atual Presidente da Associação Portuguesa de Cuidados Paliativos

Ricardo Mexia, Médico, atual Presidente da Associação Nacional dos Médicos de Saúde Pública

Agostinho Branquinho, Administrador, anterior Sec. de Estado da Solidariedade e Seg. Social

Luis Cunha Miranda, Médico, atual Presidente da Fed. Portuguesa das Soc. Científicas Médicas

Francisco Pavão, Médico, atual Presidente da Associação de Diplomacia e Saúde Global

Ana Paula Martins, Farmacêutica, atual Bastonária da Ordem dos Farmacêuticos

José Bourdain, Gestor, atual Presidente da Associação Nacional de Cuidados Continuados

Jaime Marta Soares, Gestor, atual Presidente da Liga dos Bombeiros Portugueses

Mariana Dolores, Médica, atual Presidente da Organização “Mundo a Sorrir”

Henrique Pereira, Enfermeiro, atual Presidente da Escola Sup. de Saúde Cruz Vermelha - Norte

Pedro Souto, Professor, atual Presidente da Ass. Portuguesa de Esclerose Lateral Amiotrófica

Alice Menezes, Médica, atual Presidente da Ass. dos Médicos Católicos Portugueses – Porto

Jacinta Fernandes, Médica, atual Provedora da Santa Casa Misericórdia Miranda do Douro

José Carreira, Professor, atual Presidente das Obras Sociais Viseu

Joaquim Cunha, Gestor, atual Diretor Health Cluster Portugal

Emanuel Boieiro, Enfermeiro, atual Dirigente do Sindicato dos Enfermeiros

João Henriques, Professor, atual Provedor da Santa Casa Misericórdia Mogadouro

Domingos Nascimento, Gestor, atual Presidente da Agência Social do Douro